

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.862 - SC (2019/0353431-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : GABRIEL SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GABRIEL SILVA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA assim ementado (fl. 64):

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. APENADO APROVADO INTEGRALMENTE NO EXAME NACIONAL PARA PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA). POSTULADA MAJORAÇÃO DOS DIAS REMIDOS. INVIABILIDADE. APROVAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS DE CONHECIMENTO QUE IMPLICA A REMIÇÃO DE 88 (OITENTA E OITO) DIAS DE PENA, EM OBSERVÂNCIA ÀS DETERMINAÇÕES DO ART. 126, § 1º, I E § 5º, DA LEP E DA RECOMENDAÇÃO Nº 44/2013 DO CNJ. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções proferiu decisão declarando remidos apenas 88 dias da pena do paciente, em razão da sua aprovação integral no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA (fls. 20-22).

Interposto agravo em execução penal, o Tribunal local negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que o paciente *obteve aprovação total no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) relativo ao ensino fundamental, havendo sido aprovado em 5 dos 5 campos de conhecimento avaliados no exame. Por essa razão, deveria ser reconhecida a remição de 177 dias de sua pena, e não apenas 88 dias, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do CNJ* (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer-se o direito do paciente à remição de 177 dias de sua pena, em razão da sua aprovação intergral no ENCCEJA.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de reconhecimento do direito do paciente à remição de 177 dias da pena, em razão da sua aprovação integral no ENCCEJA, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator